

Constituintes negociam acordo para a reserva

Ainda é cedo para vislumbrar se a nova Constituição brasileira indicará a inconstitucionalidade da lei da reserva de mercado para a informática e seu conceito de empresa nacional. Mesmo com a ação dos moderados que aprovaram substitutivos na Comissão da Ordem Econômica, modificando integralmente o relatório do senador Severo Gomes, e com o duro jogo das forças progressistas e conservadoras, que se confrontam diante do relatório do deputado Artur da Távola, na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

O secretário-geral do Movimento Brasil Informático (MBI), Milton Seligman, que no último sábado assistiu a um duro enfrentamento entre os constituintes no capítulo da ciência e tecnologia, assegurou ontem que os travesseiros de uma noite bem dormida aconselharam os constituintes a adotarem uma postura de maior transigência para a perseguição de um acordo. "Até às 14 horas de hoje (ontem)", disse ele, "notava-se um grande interesse de todos os lados no sentido de buscar um acordo".

"Mesmo que o resultado seja a nosso favor", observou Seligman, à frente de uma entidade que reúne algumas associações, entre elas a Abicomp e a APPD, todas defensoras do modelo de informática vigente, "não nos interessa uma Constituição eleita por uma maioria precária, de 60% dos constituintes". Ele justificou que "60% da sociedade não têm o direito de prevalecer sobre 40%, porque isso é muita gente".

Na opinião de Milton Seligman, "a reserva de mercado sozinha é inútil", uma vez que ela se insere em um complexo de medidas para que o país seja "moderno, soberano, independente, socialmente justo e democrático". Segundo ele, as comissões da Constituinte têm apresentado

divergências que não avançam por sobre os problemas políticos e as grandes lideranças do Congresso precisam estabelecer princípios comuns.

— É como um sapato apertado para uma sociedade que tem um movimento social muito intenso. Então, falar sobre reserva de mercado em uma Constituinte que, por exemplo, nega a reforma agrária foge ao conjunto da modernização que objetivamos — comentou.

O secretário-geral do MBI diz ainda que à Assembléia Nacional Constituinte cabe promover um grande pacto das forças políticas do país, como forma de superar a gravíssima crise social instalada no país e, por decorrência, toda a problemática econômica. "Hoje as posturas já são de transigência na perseguição de um acordo que seja capaz de transitar desta situação ruim para uma situação mais razoável para a solução dos problemas sociais", acrescentou.

Para ele, as vitórias obtidas com maioria precária levam a questões secundárias, e esta é sua grande preocupação. "Estamos em meio a uma tempestade onde o navio começa a entender a necessidade de eleger um rumo para evitar o naufrágio", comentou. O cerne das divergências em torno do estabelecimento ou não do instrumento da reserva de mercado na nova Carta é quanto à definição do que seja "tecnologia nacional".

Todos são a favor de enquadrar o mercado, na Constituição, como patrimônio nacional. As posições de centro da Assembléia Nacional Constituinte entendem que "tecnologia nacional" pode ser gerada através de *joint-ventures* (associação do capital nacional com o estrangeiro) ou até mesmo pelo capital estrangeiro majoritário.

País pode sofrer desgaste

Se os constituintes brasileiros estabelecerem o instrumento da reserva de mercado na nova Constituição, o país enfrentará um enorme desgaste junto aos organismos internacionais, como o GATT (Acordo Geral de Tarifas de Comércio), que só aceitam medidas protecionistas de caráter transitório. Esta é uma convicção de algumas empresas multinacionais do setor de informática.

Executivos da IBM Brasil, por exemplo, acham desnecessário o estabelecimento da reserva de mercado na Constituição, uma vez que já vigora no país uma lei ordinária. Consideram também que esta decisão política acabará por afastar ainda mais os investimentos estrangeiros no Brasil. Tocar nestes temas dentro de uma empresa como a IBM, entretanto, exige extrema cautela.

Como empresa estrangeira, a IBM adota a postura de não comentar explicitamente a política

brasileira para a área de informática, que restringe sua atuação no mercado. O temor de seus executivos é de que as críticas ao modelo de desenvolvimento adotado no país para o setor venham a ser interpretadas como uma interferência.

Mas a empresa não abstém-se de marcar sua posição quando chamada a opinar, seja pelo governo ou por parlamentares que estão trabalhando na nova Constituição. "Achamos que, como líderes de tecnologia", admite uma fonte gabaritada da companhia, "temos uma contribuição a dar".

Um analista de mercado da IBM observa que a indústria brasileira de informática não precisaria viver as dificuldades que seus empresários proclamam. "A demanda brasileira é enorme", comenta, "mas o mercado tem que ser gerado com a prática de preços compatíveis com o poder de compra da sociedade".

Modelo propicia vida melhor

O mercado brasileiro deve ser utilizado para a formação de uma base econômica sobre a qual se construa um processo que gere oportunidade de melhoria de trabalho e de condições de vida para a população brasileira. É com base neste argumento que o presidente da estatal da informática, a Cobra Computadores, Ivan da Costa Marques, defende como justa a inclusão do instrumento da reserva de mercado na nova Constituição do país.

"É claro que existe quem pense que a reserva de mercado é muito específica para constar da Constituição", observa ele, "uma vez que a Constituição deve ser a mais simples possível para ter vida longa". O presidente da Cobra acredita, entretanto, que não é justo que empresas estrangeiras tenham o acesso ao mercado brasileiro assegurado constitucionalmente, pois "ao se organizarem para produzir no Brasil elas não privilegiam o mercado de trabalho do país, em quantidade e qualidade, na mesma proporção de suas matrizes".

Nacionalista convicto é um dos articuladores do modelo de informática vigente no país, Ivan da Costa Marques acredita que "o país tem condições de bancar este modelo internacionalmente". Em sua opinião, "depende 98% de nós e 2% de influências externas e as pressões são ineficazes, salvo quando elas encontram guarida entre nós, pois esta questão se resolve internamente".

Até mesmo em relação às *joint-ventures* na área de informática — a associação de empresas nacionais com estrangeiras — o presidente da Cobra considera desnecessárias

para o desenvolvimento tecnológico do país.

Costa Marques cita, entre essas alternativas, a contratação de técnicos estrangeiros para trabalharem nas empresas brasileiras e os contratos de transferência de tecnologias. "Uma empresa madura tem condições para alugar uma suite em São Francisco, por exemplo, e botar um anúncio no jornal para a contratação de técnicos, o que acaba saindo mais barato do que as *joint-ventures* e é, mais eficaz", diz.

Para as empresas nacionais de menor porte, o presidente da Cobra recomenda como alternativa às *joint-ventures* os contratos de transferência de tecnologias externas, diante da impossibilidade de investirem em seus próprios produtos. Sob o ponto de vista interno, Costa Marques defende a cooperação entre as empresas nacionais, com o objetivo de reduzir os custos de desenvolvimentos tecnológicos e compartilhar os poucos técnicos qualificados de que o país dispõe.

O mercado brasileiro de informática, na sua visão, foi dividido ao meio: "Existe uma metade reservada, na qual atuam 300 empresas, de todos os portes, e onde o ambiente é extremamente dinâmico, pois morrem umas e nascem outras; existe uma metade livre, na qual atuam seis empresas estrangeiras e onde esse dinamismo não se apresenta; a entrada na metade reservada é muito barata e qualquer um pode pagar; a entrada na metade livre é tão cara que só entra o capital estrangeiro; então, qual é a metade reservada e qual é a livre?", pergunta ele.

Unisys alerta para "gap"

A reserva de mercado em setores de alta tecnologia e a estabilidade no emprego irão desestimular novos investimentos estrangeiros no Brasil e aumentar a defasagem tecnológica em relação às nações mais desenvolvidas. Este é o alerta do diretor de Relações Externas da Unisys Eletrônica (empresa resultante da fusão da Burroughs com a Sperry), Georg Herz, que observa que desde o ano passado se configura um influxo de capital em muitos setores industriais.

Para o diretor de Relações Externas da Unisys, a adoção de práticas protecionistas na Constituição pode prejudicar o desenvolvimento brasileiro no próximos anos, por se dar num momento em que a maioria dos países do mundo está abrindo seu mercado a novos investimentos nacionais e estrangeiros. "Decorridos 10 anos de reserva de mercado",

comenta Herz, "o país ainda não atingiu a auto-suficiência na produção de insumos básicos. Continuamos na dependência da importação dos circuitos integrados. A indústria nacional não pode ser mais considerada embrionária. Tem lucros acumulados mas não trouxe a auto-suficiência tecnológica nem avanços nessa área".

Para sugerir a adoção de dispositivos mais flexíveis que a reserva de mercado pela Constituição, Herz cita o empresário Antônio Ermírio de Moraes, que considera "proteção em excesso para a área industrial como medida demais para filho incompetente". O diretor de Relações Externas da Unisys pede uma melhor avaliação da reserva de mercado por parte dos deputados constituintes e pergunta: "Quem é o principal beneficiado? O público, a sociedade brasileira, ou apenas os grupos que usufruem da condição protecionista?"